

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE

Denise ELIAS¹

Resumo

O Ceará manteve, durante séculos, sua economia alicerçada na pecuária extensiva, na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal e na produção comercial de algodão. Mas, nas últimas duas décadas, é visível sua reestruturação econômica e territorial direcionadas à tornar o Estado viável à produção e ao consumo globalizados. A intensificação do capitalismo no campo é um dos processos em curso. Desde então, partes do agrário cearense passam por uma refuncionalização de seu espaço de produção, com importante expansão dos sistemas técnicos e dos sistemas normativos voltados a dotá-lo de fluidez para o agronegócio. São várias novas horizontalidades e verticalidades, aumentando a articulação da escala local com a internacional. O intuito do presente artigo é introduzir os leitores à temática sobre a reestruturação produtiva da agricultura cearense, destacando algumas de suas características, da mesma forma que alguns dos seus impactos sociais e territoriais.

Palavras-chave: Ceará; reestruturação produtiva; agronegócio.

Abstract

Territorial distribution of capital at the agrarian space in Ceará

The State of Ceará kept along centuries its economics based on four mains factors: the extensive cattle-raising, the subsistence agriculture, the vegetal extractivisme and the cotton plantation. During the last decades, the economic and territorial re-structure processes are recognizable, leading the State of Ceará to become more feasible and integrated to the global production and consumption. The intensification of the capitalism at the countryside is one of these processes in progress. Due to these processes, parts of the agrarian lands are being affected by re-functionalization of its productive space, in which the expansion of the technical and normative systems have a special role in order to give them fluidity for the agribusiness. The integration between the local and global levels increased also for the new horizontal and vertical relations. This article intends to introduce the readers to the thematic of productive re-structure of agriculture in Ceará, as well as to its social and territorial impacts.

Key-words: Ceará; economic re-structure; agribusiness.

¹ Professora Adjunta do curso de Geografia, graduação e mestrado Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários (LEA) e pesquisadora do CNPq - Universidade Estadual do Ceará (UECE) – e-mail: denise@uece.br - www.propgpq.uece.br/lea/

INTRODUÇÃO

Durante séculos, o Ceará manteve sua economia fortemente alicerçada na pecuária extensiva, na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal e na produção comercial de algodão. Mas, nas últimas décadas, é visível sua reestruturação econômica e territorial, assim como a multiplicação das políticas públicas direcionadas à tornar o Estado viável à produção e ao consumo globalizados, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. A intensificação do capitalismo no campo é um dos processos em curso.

Desde então, partes do agrário cearense passam por uma refuncionalização de seu espaço de produção, expandindo-se a especialização, com importante expansão dos *sistemas técnicos* e dos *sistemas normativos* (SANTOS, 1996) voltados a dotá-lo de fluidez para o agronegócio. São várias as horizontalidades e verticalidades, aumentando a articulação da escala local com a internacional.

O intuito principal do presente artigo é introduzir os leitores à temática sobre a reestruturação produtiva da agricultura cearense, destacando suas principais características e alguns dos seus impactos sociais e territoriais. Sem entrar na celeuma que tal conceito suscita, da mesma forma que sua utilização para o caso cearense, destacamos que o mesmo aqui é entendido como o processo que promove transformações aos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária.

Para que a análise não fosse vazia de história, da mesma forma que para apresentar o agrário do Ceará para os que ainda não o conhecem, optamos por realizar uma breve caracterização do setor. Em seguida, tem-se uma apresentação sobre a importância do Estado enquanto agente da reorganização da produção e do espaço agrários, através da gestão da difusão de novos sistemas normativos e técnicos de intensificação da agricultura no semi-árido nas últimas três décadas. Por último, destacamos o que nos parecem ser as principais tendências em curso. O recorte temporal exclui os novos programas e as novas políticas de desenvolvimento rural, dos governos federal e estadual em andamento.

Considerando a inviabilidade de tratar de toda a complexidade da temática abordada, optamos pelas questões que nos permitem reconhecer a especificidade do novo. Da mesma forma, dado que o texto não esgota as vertentes possíveis de investigação, esperamos que o mesmo instigue à realização de novas pesquisas.

ANTECEDENTES

Historicamente, o Ceará ocupa uma posição periférica na divisão do trabalho agropecuário no Brasil. Até três décadas atrás, sua agropecuária caracterizava-se, principalmente, pela pecuária extensiva, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e pela agricultura comercial do algodão. Sete produtos de origem vegetal (milho, feijão, arroz, mandioca, castanha-de-caju, cana-de-açúcar, algodão - arbóreo e herbáceo) e quatro de origem animal (carne e leite de bovinos; caprinos, ovinos) ocupavam a quase totalidade das terras cultivadas e eram responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária. A maior parte da agricultura que se praticava era de sequeiro, com sérios impactos ao meio ambiente, sendo predominante a utilização de técnicas agrícolas rudimentares (queimadas, desmatamento, técnicas impróprias de irrigação etc) que agravavam o quadro natural predominante, apresentando níveis baixíssimos de produtividade.

O resultado é uma produção insuficiente para suprir a própria demanda do Ceará, que compra de outros Estados parte significativa de todos os alimentos que consome. Isto não significa que não se realize a exportação de produtos agrícolas ou do extrativismo vegetal, na qual se destaca a castanha-de-caju e, mais recentemente, algumas frutas tropicais, cuja produção vem sendo incrementada na última década. Devemos lembrar, também, os subprodutos oriundos da carnaúba, o mais representativo produto do extrativismo vegetal estadual, que se encontra em refluxo, muito embora já tenha se constituído em símbolo de riqueza e poder.

Diferentemente do Nordeste açucareiro, a criação de gado foi responsável pela ocupação inicial do espaço cearense, constituindo-se em importante elemento de sua organização, assim como pela sua primeira atividade econômica (SILVA, 1994). A pecuária se desenvolveu no sertão, de forma extensiva, seguindo os cursos dos principais rios, dando origem a vários núcleos de povoamento. Predominava a pecuária extensiva, o que exigia extensas glebas de terra, desenvolvendo-se em grandes propriedades, explicando, em parte, a forte presença dos latifúndios. Ainda hoje a pecuária permanece como a maior riqueza da economia agrária cearense, especialmente no sertão central.

Incrementada pela Guerra de Secessão norte-americana, em fins do século XVIII e primeiros decênios do século XIX, o cultivo de algodão representou prosperidade para o Ceará (FURTADO, 1982), formando o binômio gado-algodão, o qual compunha o principal elemento da economia e da organização do espaço agrário cearense, até a década de 1970. Ao algodão estão associados os primeiros estabelecimentos industriais, como a Fábrica de Tecidos Progresso, primeira grande indústria instalada na cidade de Fortaleza no final do século XIX. Da mesma forma, surgiram outros ramos industriais, especialmente de óleos vegetais, obtidos do algodão como de espécies vegetais nativas (AMORA, 1995).

Praticamente inexistente em áreas nas quais o crescimento econômico é mais antigo, vigoroso e calcado em bases técnicas mais avançadas, o extrativismo vegetal ainda se constitui em importante atividade no Ceará, muito embora venha tendo suas bases arrasadas muito rapidamente. Atividade diretamente associada à natureza, o extrativismo vegetal está moldado em espécies nativas, uma vez que a vegetação do Ceará compõe-se de variadas plantas xerófilas, extremamente adaptadas às condições de semi-aridez, tão estudadas por Guimarães Duque (1980), que as apresentava como uma das possibilidades de produção para o semi-árido. O modo de vida do sertanejo é extremamente relacionado à biodiversidade do semi-árido. A população rural supre, até hoje, parte das suas necessidades de alimentação, medicação, energia, habitação, além de constituir-se em fonte de renda.

Ainda hoje a carnaúba, uma das mais exuberantes palmeiras da flora cearense, que se espalha com intensidade pelos principais vales do Estado, assim como a castanha-de-caju figuram como fontes importantes de renda e de divisas. O Ceará se destaca no cenário nacional como o maior produtor nacional de castanha-de-caju e um dos principais extratores de carnaúba, da qual se extrai a cera e a fibra, que têm inúmeras utilidades em diferentes ramos industriais, embora seja popularmente mais conhecida pelos seus usos no artesanato.

Devemos lembrar, ainda, a extração de madeiras para carvão vegetal, lenha e madeira de tora que é praticada em todo o Estado, constituindo-se num de seus mais graves problemas ambientais. Para entendermos esta situação, devemos citar a pobreza na qual vive a maior parte da população rural cearense, que tem, muitas vezes, neste tipo de atividade sua forma de sobrevivência, assim como as fracas bases tecnológicas nas quais se baseia a produção cearense, uma vez que perto de 33% da matriz energética do Estado tem esta origem.

Considerando a distribuição espacial da agropecuária cearense, vislumbram-se, hoje, cinco grandes subdivisões: 1) o litoral, com destaque para o cultivo de frutas, especialmente de castanha-de-caju e coco; 2) a Região Metropolitana, na qual se destaca a avicultura; 3) as serras úmidas, com a horticultura; 4) o sertão, com a pecuária e a produção de grãos e 5) os perímetros irrigados públicos, onde se processa uma produção diferenciada, marcada pelo sistema técnico agrícola inerente à irrigação.

Muito embora no final dos anos 1990 a agropecuária representasse somente cerca de 5,5% do PIB total cearense, continuava sendo a atividade que abarcava o maior percentual da População Economicamente Ativa, alcançando perto de 40% (LOPES NETO, 1998). Dentre as justificativas até hoje mais utilizadas para explicar a pouca importância do setor, destacam-se as que utilizam as vicissitudes climáticas, pedológicas e as inerentes aos recursos hídricos, uma vez que a maior parte de seu território (93%) encontra-se encravada em plena região do semi-árido nordestino.

Consideramos inaceitável, em pleno século XXI, que se continue a imputar a pouca importância do setor exclusivamente ao quadro natural. Acreditamos ser este um determinismo que não encontra sustentação em análises mais apuradas da realidade regional ou brasileira. Este tipo de explicação para os problemas que afligem não só o Ceará, mas todo o semi-árido brasileiro, deve ser definitivamente banido.

Os problemas supracitados associam-se muito claramente às relações sociais de produção e de organização do espaço, em especial às condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada e uma base técnica ainda na sua maioria rudimentar, determinantes para as relações de trabalho e os regimes de exploração do solo predominantes, além, naturalmente, de uma estrutura de poder extremamente oligárquica e reacionária.

O quadro geral de distribuição de terras evidencia que a estrutura fundiária continua extremamente concentrada, ou seja, um pequeno número de grandes estabelecimentos agropecuários concentrando a maioria das terras, enquanto os estabelecimentos de pequenas dimensões, que compõem a quase totalidade dos estabelecimentos, ocupando um percentual pouco significativo das mesmas.

Dados oficiais configurados nos Censos Agropecuários produzidos pelo IBGE evidenciam esta realidade, que não é cearense, mas brasileira. Em 1985, os pequenos estabelecimentos, com até 10 hectares, somavam cerca de 63% do total de estabelecimentos existentes no Ceará, mas reuniam somente 6% das terras. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, com mais de mil hectares, somavam 0,3% do total de estabelecimentos, mas concentravam 20% do total das terras. Dez anos mais tarde, último ano de publicação deste Censo, os números percentuais eram praticamente os mesmos. Devemos destacar, porém, um certo agravamento da situação fundiária, uma vez que há um crescimento do número absoluto de pequenos estabelecimentos (que passam de 205.129 para 245.312 estabelecimentos), enquanto a área total por eles ocupada diminuiu (de 679.306 para 633.509 hectares), mostrando que, a hegemonia da grande propriedade, promove, entre outros, um processo de nucleação da pequena propriedade, como tentativa de resistência e reprodução da agricultura familiar. Concluimos, então, que a estrutura fundiária concentrada e a existência de terras produtivas não utilizadas são indicadores de um uso da terra com fins especulativos ou outros objetivos menos nobres que não a função social da terra.

Dados do último Censo Agropecuário, de 1995-96, mostraram que continua o predomínio de uma agricultura extensiva, de baixo padrão tecnológico, com grande dependência das condições naturais para se realizar. Alguns poucos números são suficientes para evidenciar esta afirmação: somente 28,5% dos estabelecimentos agropecuários estavam ligados a qualquer tipo de fonte de energia elétrica; menos de 1% do

total de estabelecimentos possuíam tratores; cerca de 12,5% usavam algum tipo de fertilizantes e cerca de 8,5% usavam alguma técnica de irrigação. Quanto à pecuária, somente 29% efetuavam controle de pragas e doenças nos seus animais.

NOVOS SISTEMAS NORMATIVOS E SISTEMAS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

Vivemos, nos últimos cinquenta anos, um processo acelerado de transformações de diversas naturezas, magnitudes e complexidades, caracterizando um novo momento do capitalismo, que recebe diversas denominações e conta com diferentes interpretações, muitas vezes díspares e conflitantes entre si.

Para Milton Santos (1996) viveríamos um novo período histórico, o qual ele denomina de Período técnico-científico-informacional, que tem na globalização da produção e do consumo um de seus pilares. Dentre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da globalização, temos um grande processo de reestruturação da produção e do território de todos os países, especialmente no grupo de países historicamente classificados de Terceiro Mundo. Naturalmente com intensidades e complexidades distintas, para isto sendo importante a interação entre o novo e o velho, o poder do Estado e do mercado, a forma de interação entre os novos fatores da produção e os elementos de estruturação do espaço.

Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção, o que faz com que a velocidade de renovação das forças produtivas seja muito mais acelerada do que em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do atual estágio do modo de produção hegemônico no mundo.

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação passaram a se constituir nas mais importantes forças produtivas, a sociedade passa a induzir os progressos técnicos e imprimir grande velocidade de renovação às forças produtivas e, dessa forma, passa a ter grande poder de interferência na natureza. Estas novas possibilidades modificaram radicalmente a relação sociedade-natureza. Dessa forma, o ser humano, que já foi mero observador da natureza passa a agente transformador da mesma, construindo, com grande velocidade, uma segunda natureza, uma natureza artificializada, na qual os fixos artificiais são cada vez mais numerosos.

Pode-se, assim, criar alternativas para a convivência com os fenômenos naturais adversos, até então impeditivos à plena realização da economia agropecuária em algumas áreas, imprimindo uma renovação à base técnica do setor. As inovações dinamizaram a utilização de áreas tradicionalmente menos valorizadas para a produção intensiva, como as do semi-árido cearense.

A intervenção estatal vem regendo, desde então, a adequação da produção e do território à reprodução ampliada do capital na agropecuária brasileira, caracterizando-se como o principal agente produtor do espaço agrário cearense. Em todo o País, as transformações necessárias à globalização do setor culminaram com a reorganização da produção, da distribuição e do consumo, assim como em mudanças substanciais nas relações sociais de produção e na organização dos espaços agrícolas.

Nesse intuito, as esferas de regulação federal tornaram-se cada vez mais onipresentes na agropecuária, atuando via políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (política econômica externa, política monetária, política de preços agrícolas), assim como via políticas explícitas de fomento (política de financi-

amento rural, política tecnológica e política fundiária), buscando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor, que constam claramente dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), norteadores de grande parte das mudanças econômicas, sociais e territoriais do país durante as décadas de ditadura militar.

Entretanto, os mecanismos de intervenção do Estado na Região Nordeste são complexos e determinantes desde o final do século XIX, quando criou o IOCS, hoje DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Naquele momento, a principal forma de intervenção centrava-se na política de obras contra as secas, baseada em ações pontuais e isoladas, especialmente com a construção de barragens e açudes, motivando que este período ficasse conhecido como o da fase hidráulica.

Data de 1881 a construção da primeira grande barragem no Ceará, que deu origem ao açude Cedro. Com a perenização dos rios, possibilitava-se a realização da agricultura irrigada de pequena dimensão técnica e econômica, voltada quase que exclusivamente para a subsistência. A partir de então, difunde-se, de forma mais incisiva, o meio técnico no espaço agrícola do Estado.

A fase hidráulica perdurou até a década de 1950 e serviu mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas. Ademais, preservou a estrutura fundiária regional, extremamente concentrada, e a base técnica arcaica da produção, caracterizando um uso extensivo da terra e da força de trabalho, mantendo intocável a força política das oligarquias agrárias, que se sustentavam com a expansão da indústria da seca, explorando a miséria nordestina, base para a formação e manutenção do coronelismo que legitimava localmente o poder central.

Em meados do século XX, o Brasil atravessava um momento de efervescência advindo das teorias desenvolvimentistas, com amplos debates sobre as desigualdades regionais. Criaram-se, neste período, inúmeras instituições visando à intervenção federal no Nordeste, tais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Banco do Nordeste (BNB), a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), assim como a construção de grandes fixos associados às infra-estruturas produtivas. Poderíamos dizer que se iniciava a atuação planejada do Estado no Nordeste, com vistas a fornecer as condições socioeconômicas para a expansão do capitalismo na região. Nas palavras de Bursztyn (1984), é quando o Estado brasileiro deixa de ser autoritário por omissão para se tornar autoritário ativo.

O Brasil atravessava um período de centralização da política econômica e territorial, refletida parcialmente em várias formas da atuação planejada do governo federal voltadas ao incremento da agropecuária nordestina. Neste momento, utilizava-se o planejamento como técnica desenvolvimentista, como se a sofisticação dos instrumentos de crescimento econômico fosse suficiente para atingir o desenvolvimento.

Com a Sudene, buscava-se unificar e reestruturar a ação do governo federal para o Nordeste. A ela cabia diagnosticar, planejar e incentivar o desenvolvimento da região, coordenando as políticas públicas federais, e embora as de incentivo à industrialização sejam as mais conhecidas, encontrava-se, também, entre os objetivos estabelecidos em seus planos diretores, a reestruturação da agropecuária regional.

Diferentemente de como se dera até então, a atuação do governo federal no meio rural nordestino passa a concretizar-se a partir da elaboração de inúmeras políticas públicas visando expandir as condições técnicas e econômicas necessárias à modernização da agropecuária, entendida como a expansão do capitalismo no campo.

No entanto, com a implantação da ditadura militar, logo a Sudene transformou-se em mais um instrumento de poder político das elites regionais. Segundo Andrade

(1988: 67), "tornou-se um órgão burocrático que dava assistência aos governos estaduais e gerenciava uma política de aplicação de incentivos fiscais a grandes projetos agrícolas e industriais, se descaracterizando completamente".

Quando da realização dos diagnósticos visando à elaboração dos planos diretores da Sudene, o sistema técnico agrícola da irrigação foi apontado como instrumento de expansão das forças produtivas no campo, pois poderia elevar a produtividade do semi-árido. A década de 1970 marca, pois, a criação de importantes políticas voltadas à irrigação, sobressaindo o Programa de Irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos do semi-árido.

De modo geral, o processo de modernização da atividade agropecuária nordestina e, conseqüentemente, da cearense, baseada na irrigação, pode ser dividido em dois momentos. O primeiro, na década de 1970, quando passou a ser priorizada em toda a Região Nordeste a construção de grandes perímetros irrigados públicos. Um segundo momento, viria com o Novo Modelo de Irrigação, em meados da década de 1980. Neste primeiro momento de incentivo à irrigação, os programas propostos associavam-se à irrigação pública, aos projetos de assentamento, à produção de alimentos, à colonização e ao incentivo à produção familiar como um componente da política de desenvolvimento regional.

Em toda a região Nordeste foram construídos 27 destes perímetros, nove dos quais no Ceará, abrangendo as bacias hidrográficas do Jaguaribe, Salgado, Acaraú e Curu. Sob a responsabilidade do DNOCS foram executadas as obras de engenharia (irrigação, habitação, ensino, serviços, etc.), a desapropriação das terras passíveis de irrigação; a seleção e assentamento dos irrigantes (colonos), assim como o gerenciamento de todo o perímetro.

Os investimentos em fixos associados à irrigação (canais, barragens, perímetros irrigados, etc.), assim como as políticas voltadas à assistência técnica, à extensão rural, ao incremento da agroindústria resultaram em novas sociabilidades e em novas territorialidades no semi-árido cearense, pontos de transformação da agropecuária e de expansão do meio técnico no espaço agrário, promovendo novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) ou, no dizer de Oliveira (1998), de um processo de territorialização do capital e de monopolização do território no campo.

Mostraram-se, entretanto, incapazes de se associarem à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, pois preservaram a estrutura fundiária tradicional, extremamente concentrada, e embora tenham promovido alguns avanços às forças produtivas da atividade, mantiveram intocável a força política das oligarquias agrárias. Na sua grande maioria, o modelo da grande irrigação pública, através dos perímetros irrigados, mostrou-se pouco eficiente, tendo incorporado distorções relevantes, não coadunando com as necessidades dos pequenos produtores de base familiar, nem tampouco com as de uma produção agrícola baseada na competitividade de mercado contemporânea.

Dentre os principais problemas que têm sido apontados pelos pesquisadores da temática estão os associados ao choque cultural inerente à adoção de novas formas de produção impostas aos camponeses; à baixa qualificação dos colonos selecionados; ao uso de tecnologias inadequadas; à salinização dos solos e ao desequilíbrio no regime dos rios; a uma produção dissociada das principais demandas do mercado; ao assentamento de um número menor de colonos do que os que foram desapropriados; aos altos custos da energia elétrica; às dificuldades de obtenção de crédito pelos participantes dos projetos etc. Outra grave distorção apontada é a de que cerca de metade da área irrigada pública é usada com culturas que geram uma receita baixa para o colono (arroz, o feijão e o milho), além de um número muito pequeno de empregos.

Um problema também bastante grave associa-se à ocupação dos próprios lotes dos perímetros por empresários agrícolas, que se dá seja através da venda do direito de uso dos lotes por parte dos colonos, seja através do arrendamento. Em alguns casos, os perímetros públicos transformaram-se em pólos de nucleação de incentivos à iniciativa privada. Aproveitando-se da água disponível no leito dos trechos perenizados dos rios, nas áreas circundantes dos perímetros, têm surgido projetos privados, que atuam sem qualquer tipo de concessão, licença ou controle do Estado (MACEDO, 1996, p. 41-42). A dimensão destes empreendimentos tem contribuído para aumentar a concentração fundiária.

A CONSECUÇÃO DA AGRICULTURA CIENTÍFICA E DO AGRONEGÓCIO

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, difundem-se, mais rapidamente, as bases materiais que possibilitaram a dispersão espacial da produção. O avanço dos transportes e das comunicações viabiliza fluxos, de matéria e de informação, até então inimagináveis. Isto é tão verdade que a instantaneidade e a simultaneidade são signos do presente. Isto faz com que o espaço da produção em geral, inclusive agrícola, amplie-se, passando a incluir áreas que até então se mostravam pouco propícias à realização de alta lucratividade.

No Brasil, muitas áreas são incorporadas à produção e ao consumo globalizados, assim como muitos novos espaços agrícolas são disponibilizados à produção agrícola moderna nestes últimos quinze anos. Nesse contexto, também o semi-árido e o cerrado nordestinos, que, de certa forma, compunham o exército de lugares de reserva para determinados aspectos da produção, tornaram-se atrativos e foram ou estão sendo incorporados à produção moderna. Destacam-se os vales do São Francisco, do Açu e do Jaguaribe, assim como também os cerrados na Bahia, Piauí e Maranhão. Estes são incorporados diferentemente na nova divisão interna e internacional do trabalho agrícola globalizado, expandindo-se formas intensivas de produção.

A inserção do espaço agrário do semi-árido e dos cerrados à produção intensiva baseia-se, muito fortemente, no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas, cujo ápice, no Brasil, teve lugar durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), claramente de inserção passiva do país à economia e consumo globalizados, submetendo-nos aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais. Especificamente no tocante à agropecuária, baseia-se no modelo técnico, econômico e social do agronegócio. Assistimos, desde então, ao acirramento do discurso neoliberal do Estado mínimo, da eliminação de seu papel de maestro de um projeto de nação.

Isto é muito claro com as privatizações desenfreadas a partir do Programa Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo Ministério do Planejamento, que teve continuidade com o Avança Brasil, que sintetizavam as prioridades de investimentos durante a administração de FHC (1995-2002). Nestes, por exemplo, a discussão do desenvolvimento regional, que tanta força teve em décadas anteriores, foi substituída pela discussão dos 'eixos nacionais de integração e desenvolvimento', cujo objetivo maior é atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado. Promove a implantação de grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico e exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. O Brasil em Ação constituiu-se num projeto megalomaniaco, que teve, de fato, um percentual pequeno executado, mas suficiente para promover mudanças ao território, assim como mudanças políticas e ideológicas de grande monta.

O Nordeste participa de dois eixos: o Transnordestino e o São Francisco, que visam a construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos, selecionados para receberem os investimentos produtivos. Um exemplo importante é o investimento em infra-estrutura econômica: transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem), sistemas técnicos associados à eletrificação, ao saneamento, às telecomunicações. O avanço da telefonia, por exemplo, tem sido impressionante. Outro exemplo associa-se à difusão da infra-estrutura hídrica, com grande expansão dos sistemas técnicos e normativos inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos: construção de adutoras, canais, barragens, irrigação, transposição de bacias, implantação de comitês de bacias hidrográficas etc.

A política dos 'eixos nacionais de integração e desenvolvimento' incrementou, assim como desenvolveu, uma verdadeira panacéia de metodologias, de estudos de viabilidade, como dos clusters, das cadeias produtivas etc, que impregnaram a burocracia, principalmente associada ao planejamento. Idéias fora do lugar! Os estudos de viabilidade econômica se multiplicaram, virando uma moda na última década. Podemos destacar o Iniciativa pelo Nordeste, patrocinado pelos nove governos estaduais da região, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Mundial (Bird), a iniciativa privada, além de outras instituições. Para identificar as principais potencialidades da região, adotou-se a metodologia de análise de clusters econômicos competitivos, que vem sendo aplicada pelo Banco Mundial em outros 20 países. Basicamente, consiste na identificação e desenvolvimento de atividades competitivas, desde a produção até a comercialização, atuando em sinergia.

Tais estudos apontaram dez atividades como sendo as com maior viabilidade econômica para o Nordeste, sendo que três foram as escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais e de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis no semi-árido e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programas e projetos; e, em terceiro lugar, o turismo litorâneo, que teve grande reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Considerando suas potencialidades, entre os programas e projetos direcionados ao Nordeste como um todo, incluindo o Ceará, há grande destaque para o incremento à fruticultura, que vem tendo forte impacto sobre a agricultura cearense. O governo federal e o Banco Mundial estão à frente de tais programas, os quais visam aumentar a produção e a produtividade a partir da melhora das condições técnicas de produção, através da pesquisa biotecnológica, de programas de assistência técnica e extensão rural.

A fruticultura é apontada como uma das possíveis soluções para a agricultura semi-árida nordestina, incluindo a cearense. Destaca-se sua potencialidade para se transformar num importante pólo produtor e exportador de frutas tropicais, seja em forma da fruta fresca, seja processada (sucos e polpas). Entre as vantagens comparativas, apontam-se as suas condições naturais (temperaturas, forte luminosidade e baixa umidade relativa do ar); a grande quantidade de terras agricultáveis ociosas baratas e a tecnologia de irrigação. Tais condições permitem a produção de frutos de boa qualidade, durante todo o ano, eliminando a entressafra, podendo ser organizada de acordo com a demanda dos mercados nacional e externo, notadamente o europeu e o norte-americano (LOPES NETO, 1998, p. 111). Entre os objetivos do cluster de fruticultura está o desenvolvimento não somente das frutas desenvolvidas sob irrigação, mas também as de sequeiro produzidas na região, tais como caju, banana, laranja e abacaxi (LOPES NETO, 1998, p. 146).

Em 1997, foi lançada uma das principais políticas públicas empreendidas pelo governo federal, com vistas a aumentar a competitividade de frutas produzidas na

região, trata-se do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, liderado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. O Programa envolve várias instituições públicas e privadas. As entidades federais, estaduais e municipais são responsáveis, diretamente ou em parceria com a iniciativa privada, pela infra-estrutura física de uso comum relacionada ao suporte elétrico e hidráulico, à comunicação e às estradas que permitam atendimento às áreas de solos irrigáveis, às infra-estruturas econômicas de suporte à produção e à infra-estrutura social (educação, saúde, saneamento e segurança) (MINISTÉRIO da Agricultura e Abastecimento, 1998, p. 30).

Algumas frutas foram escolhidas para receber os incentivos, especialmente a manga, a uva, o melão, a melancia e a banana, que são as mais solicitadas pelo mercado externo, o que tem promovido um aumento de produção e de produtividade. Atualmente, na região do Baixo Jaguaribe, a fruticultura encontra-se em franca expansão, sendo uma das que mais vem se moldando à agricultura empresarial, ao agronegócio da fruticultura, seja no Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi, no município de Limoeiro do Norte, o primeiro a adotar a agricultura empresarial no Ceará, seja no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, em processo de licitação, que abrange terras nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova. Ainda no Baixo Jaguaribe, na Chapada do Apodi, fora do perímetro, já estão instaladas várias empresas agrícolas, nacionais e multinacionais, produzindo frutas. O grande destaque é para a multinacional norte-americana Del Monte, uma das três mais importantes do setor.

Assiste-se, deste então, a uma mudança extrema do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido cearense, construindo-se um novo imaginário social sobre esta região, notadamente sobre os seus vales úmidos, considerados agora com várias vantagens competitivas locais. Para estes vislumbram-se grandes possibilidades para o agronegócio globalizado de frutas e novas áreas passam a ser incorporadas à produção agrícola globalizada, cujos circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1986, 1988; OLIVEIRA, 2002; ELIAS, 2003ab) ultrapassam os limites da região e do país, completando-se em vários outros lugares do planeta.

A NORMATIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Conforme apontamos em trabalhos anteriores (ELIAS, 2002ab), há duas secretarias que se encontram no âmago da reestruturação produtiva da agropecuária e do espaço agrário cearense e associam-se aos principais fatores da produção agrícola (a terra e a água): a SRH (Secretaria de Recursos Hídricos), criada em 1987, e a Seagri (Secretaria de Agricultura Irrigada), criada em janeiro de 1999, após a posse do último mandato de Tasso Jereissati no executivo estadual. Neste momento, passaram a existir duas secretarias associadas à agropecuária no Ceará, sendo que à Seagri cabia a busca do incremento do agronegócio e a outra, que perdeu todo seu poder político, ficou com as políticas sociais compensatórias. Tanto assim que, o novo mandatário do executivo cearense que assumiu em 2003, logo após sua posse, extinguiu uma das secretarias, sendo que voltou a existir somente uma secretaria associada à agropecuária, que, não só permaneceu com o nome de Seagri, muito embora agora se traduza como Secretaria de Agricultura e Pecuária, como manteve a frente da mesma o secretário que já a dirigia. O Projeto São José, outrora na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), agora se encontra na Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR).

A Seagri tem como principal objetivo articular e integrar os diversos elos do agronegócio vinculados à agricultura irrigada no Ceará. Seu principal programa denomina-se Proceagri (Programa Cearense de Agricultura Irrigada) e prioriza a organização de sete agropólos, ou

seja, o incentivo à agricultura irrigada em áreas consideradas com maior potencial hidroagrícola e mais dotadas de sistemas de objetos adequados à expansão do setor, com grande destaque para o Baixo Jaguaribe. Dentre as inovações adotadas pela Seagri, inspiradas no programa Brasil em Ação, destacáremos a introdução de novas formas de organização e gestão governamental, sendo seus principais alicerces: o conteúdo estratégico dos empreendimentos e o gerenciamento intensivo dos mesmos, voltados para a obtenção de resultados.

A política implementada pela SRH é um marco para a gestão dos recursos hídricos no Estado, tendo sido criada com a incumbência de promover o aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do Estado, coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos e serviços tocantes aos recursos hídricos do Estado. Dentre as instituições que compõem a estrutura institucional para a execução da política estadual de recursos hídricos do Ceará, a maior inovação dá-se com a criação da Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos), em 1993, visando a implementação do modelo de gerenciamento integrado, previsto na lei estadual de recursos hídricos, tendo por finalidade gerenciar a oferta d'água armazenada nos corpos superficiais e subterrâneos, sob o domínio do Estado.

Tendo como sua principal missão a de promover a organização dos usuários, dentro das premissas desta política, uma das medidas inovadoras é a implementação de um novo modelo de gerenciamento dos recursos hídricos, com a instalação de Comitês de Bacias hidrográficas. Os Comitês, previstos pela lei estadual, quicá um novo paradigma do gerenciamento dos recursos naturais, têm poder consultivo e deliberativo. É a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos, tanto que, nos últimos anos, vem se travando uma verdadeira disputa para a composição dos comitês, que têm representantes da sociedade civil organizada, das instituições públicas e privadas. Nos locais onde a sociedade civil está mais organizada, a composição dos membros consegue ser mais equilibrada, enquanto em outros, é notório a hegemonia dos que sempre estiveram à frente da poder local e estadual. Vale destacar que o que está em jogo é a disputa pela água e que o Ceará é um dos principais laboratórios, no Brasil, das novas políticas de gestão dos recursos hídricos patrocinadas pelo Banco Mundial.

Um dos mais polêmicos programas do Governo do Estado no tocante a política de recursos hídricos é o Águas do Ceará, o maior programa de infra-estrutura de oferta de água da história do Estado. O programa reúne um conjunto de obras de combate à escassez de recursos hídricos que, caso seja de fato concluído, poderá desenhar um novo mapa das águas no Ceará, considerando o número e a complexidade dos sistemas de engenharia envolvidos, reorganizando o sistema de saneamento básico, assim como permitindo novas perspectivas para o abastecimento e para a produção. Prevê a construção de 40 novos açudes estratégicos, sendo o mais importante o açude Castanhão, localizado no Baixo Jaguaribe, o maior de toda a história do Ceará.

O polêmico açude Castanhão será o coração de um grande sistema de interligação de bacias hidrográficas, na verdade, o objetivo principal do Águas do Ceará é permitir a interligação de bacias hidrográficas, com a perenização de rios, realizando uma série de obras de engenharia que transponham os recursos hídricos da zona úmida para abastecer as áreas com escassez hídrica. Já está em construção um piloto, o Eixão, que tem o objetivo de transportar recursos hídricos do Baixo Jaguaribe até o Porto do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza.

A DESINTEGRAÇÃO COMPETITIVA DO SEMI-ÁRIDO

Diante do supracitado, afirmariamos que o semi-árido cearense está sendo considerado como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos. Isto é ainda mais verdade no que tange aos mercados, cada vez mais longínquos e competitivos; aos preços, geridos pelas principais bolsas de mercadorias do mundo; à pesquisa agropecuária, muitas vezes induzida pelos interesses de multinacionais hegemônicas no setor, e, principalmente, no que tange aos centros de decisão e comando, todos localizados fora do Estado e muitos fora do próprio país.

Dessa forma, o Ceará não escapa à adoção das diversas estratégias para responder aos desafios colocados à lucratividade do capital neste novo ciclo de acumulação capitalista, marcado pela globalização econômica. Frente às exigências da produção flexível, desde a década de 1980 e destacadamente da década de 1990, está em redefinição a dinâmica de sua economia, inclusive agropecuária; as formas de gestão das empresas; o mercado de trabalho e a dinâmica de organização do seu território, criando as condições materiais para a maior solidariedade organizacional do Estado com o resto do mundo.

Assim, a agricultura cearense tem sido incrementada, especialmente na última década. Parafraseando José Graziano da Silva (1996), diríamos que ela está deixando de ser exclusivamente uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter praticamente numa certeza sob o comando do capital, o que faz com que, hoje, passe a "ser encarada não mais como um gênero de vida, mas como uma atividade profissional" (ANDRADE, 1987, p. 96).

No caso da produção agrícola, independentemente do sistema técnico que se utilize, seja de sequeiro, seja de irrigação, o que estamos assistindo é a inserção de partes do semi-árido a uma produção regulada pelo mercado associado ao novo padrão estandardizado de produção e consumo alimentar. Assim também, a expansão e a chegada de empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, que passam a atuar no semi-árido, acirrando a divisão territorial do trabalho agrícola, com a refuncionalização do espaço agrícola, difundindo-se especializações produtivas, denotando-se, então, uma seletividade na organização da produção e do espaço, seja agrícola seja urbano, resultando no incremento da divisão territorial e social do trabalho.

Estas mudanças podem ser visualizadas nos espaços selecionados como os com maiores potencialidades para receber os investimentos modernos e capitais novos, por exemplo, com a construção de novos grandes perímetros irrigados (Tabuleiro de Russas, Araras Norte, Baixo Acaraú), a elaboração de políticas como a dos Agropólos, dos Pólos de Desenvolvimento Integrado, unidades de gestão e planejamento, que refletem algumas das políticas levadas a frente pelas instituições públicas atuantes no Ceará (DNOCS, Seagri, BNB), que estão entre os principais agentes produtores do espaço agrário cearense.

Nas áreas supracitadas, que se constituem em pontos selecionados para recebimento de investimentos produtivos de várias magnitudes e naturezas, há uma concentração de recursos financeiros, técnicos e normativos para expansão de sistemas técnicos associados aos transportes, à irrigação, às comunicações, à eletrificação, à irrigação, ao armazenamento, objetivando dotar esses espaços de fluidez para as empresas agrícolas e agroindustriais, requisito básico para a economia globalizada, reforçando-se a produção corporativa do espaço. Da mesma forma, observam-se novas formas de organização, normatização, sociabilidade e gestão na agropecuária.

Nestas áreas, nas quais os elementos da organização do espaço são comandados pelos sistemas técnicos e sistemas de ação do presente, o território e a economia

estão articulados com a escala internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. As áreas nas quais a (re)produção do espaço se dá de forma globalizada, constituem-se em verdadeiros pontos luminosos, áreas dinâmicas do espaço agrário do semi-árido. Os pontos luminosos são os pontos de expansão da modernização da produção e do território. Nestes, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 1996) têm predominância sobre o meio natural.

A fragmentação do espaço agrário chama à atenção, justamente com a diferenciação na lógica de sua organização, na qual denota-se a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de engenharia. Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território, sendo que todo o restante fica a margem desse processo. Reforça-se, dessa forma, o desenvolvimento desigual e combinado, a existência de vários Cearás, de vários subsistemas dentro do próprio semi-árido. As fragmentações são numerosas, complexas e devastadoras.

Apesar do forte discurso do Estado mínimo, o que assistimos é uma retirada do Estado das áreas sociais, mas sua presença continua nítida no que tange ao financiamento dos investimentos produtivos considerados competitivos. O Ceará vem passando, especialmente na última década, por uma reestruturação de seus sistemas de objetos. Multiplicam-se as políticas públicas e os investimentos, especialmente públicos, visando a construção de um território capaz de suportar as exigências de fluidez do presente período histórico, com objetivos claros de inseri-lo na lógica da produção e do consumo globalizados. Está em construção uma gama importante de novos sistemas de engenharia associados aos transportes, às comunicações, à eletrificação, ao saneamento básico e à irrigação.

A construção de um novo porto (Pecém, a 45 km da capital), pelo qual já escoava parte importante da produção de frutas não só do Ceará, mas também de outros Estados vizinhos; de uma nova estação de passageiros e de cargas no aeroporto, duas vezes maior do que a antiga em capacidade de movimentação, o que permitiu a criação de novas conexões com aeroportos de outras partes do mundo; um gasoduto de 385 km, que se estende de Guamaré (RN) a Pecém, passando pela capital; a instalação de uma linha especial de abastecimento de energia, conhecida como Linhão Banabuiú-Fortaleza, beneficiando 39 municípios; a melhoria das estradas de rodagem estaduais, com a construção de novas CEs; projetos de saneamento básico (Projeto Sanear e Águas do Ceará); a construção de fixos inerentes à irrigação, como adutoras, barragens, açudes, canais de irrigação, perímetros irrigados, entre outros são exemplos claros desta nova realidade.

POR UMA OUTRA AGRICULTURA

A reestruturação da produção e do espaço agrário no semi-árido tem resultado em novas territorialidades, assim como em novas sociabilidades no campo. Todavia se mostra incapaz de associar-se à consecução de uma sociedade mais justa e equilibrada. Não há dúvida que tem havido crescimento econômico, por exemplo, na região do Baixo Jaguaribe, polarizada pelos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, mas é importante destacar que as benesses não são para todos, nem tampouco para todo o território, reproduzindo-se as históricas desigualdades capitalistas.

Tem se acirrado a oligopolização do espaço agrário, com o agravamento da privatização da terra e da água, ou seja, torna-se cada vez mais difícil o acesso aos dois principais meios

de produção da agricultura pela maior parte da população. Se o acesso privado à terra está regulado por lei no Brasil desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, aspecto reforçado com a promulgação do Estatuto da Terra, na década de 1960, parece-nos que o mesmo passa a acontecer com os recursos hídricos desde a última década do século XX.

Dentre os impactos negativos presentes e desastrosos destacaríamos: a desarticulação crescente da pequena agricultura de base camponesa, que passa a ter cada vez mais dificuldades de existir; a transformação das relações de trabalho, com o aumento da expropriação dos pequenos produtores, meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, ou seja, todos aqueles que não detêm a propriedade da terra, que são expulsos do campo e passam a residir, em parte, nas periferias das cidades próximas às áreas nas quais se dá o processo de modernização da agricultura.

Neste sentido, temos a expansão do mercado de trabalho agrícola, que passa a apresentar certa hierarquização, tendo, num lado, o trabalhador agrícola não especializado, que passa muitas vezes a residir na cidade e sazonalmente trabalhar no campo a partir do momento de maior demanda do ciclo produtivo. Numa outra ponta desse mercado de trabalho que se expande, existe o trabalhador especializado, que é a mão-de-obra que tem sua demanda aumentada nas áreas de modernização da atividade agropecuária (o veterinário, o administrador, o especialista em engenharia genética, o técnico agrícola, o agrônomo etc). Uma gama de novas profissões, ou antigas que se reformulam, que compõem a mão-de-obra especializada para a modernização da atividade agrícola.

Temos de um lado, então, o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, que mora na cidade e trabalha no campo, denominado de trabalhador agrícola não rural (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003ab), e o trabalhador especializado, permanente em sua grande maioria, que atende às demandas prementes do agronegócio. Mas se engana quem imagina que cessou a expansão das formas não capitalistas, que, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Como tanto o trabalhador braçal quanto o especializado residem, em grande parte, nas cidades, aumenta o processo de urbanização.

Outro problema que temos assistido é o acirramento do mercado de terras, as quais têm seu preço aumentado, contrariando ainda mais as aspirações por uma Reforma Agrária. Esta tem, agora, seu processo mercantilizado, com a substituição da desapropriação pela compra da terra. Citaríamos a reforma agrária solidária, que de solidária só tem mesmo o nome.

A especialização da produção e a expansão da monocultura apresentam-se como um outro problema sobre o qual devemos refletir. A recente ocupação dos espaços agrários do semi-árido tem resultado numa crescente eliminação da sua riquíssima biodiversidade. Poderíamos citar a eliminação das plantas xerófilas, intensificando o processo de erosão genética, com a diminuição de espécies nativas. Vale lembrar que a riqueza da biodiversidade brasileira está entre os motivos pelos quais os Estados Unidos não assinaram o Tratado da Biodiversidade na Rio 92.

A difusão de um pacote tecnológico impróprio para as frágeis condições do semi-árido, além de contribuir negativamente, muitas vezes, para a preservação do meio ambiente, destrói saberes e fazeres historicamente construídos, é também um problema a ser lembrado. Citemos a polêmica dos transgênicos, quando associada ao patenteamento das sementes como uma das mais desastrosas, uma vez que as sementes, de patrimônio da humanidade, transformam-se numa mercadoria patenteável como outra qualquer. Vale ressaltar que é por causa deste monopólio que meia dúzia de multinacionais, tendo a frente a Monsanto, a Novartis, Dupont e Aventis estão guerreando entre si. Parece-nos apropriado lembrar a escandalosa aprovação da Lei de Patentes que tramitou no Congresso Nacional por dez anos e que foi aprovada em 1996. Da mesma forma, não sabemos ao certo no que vai dar a Lei dos Transgênicos

hoje em tramitação.

A fragmentação do espaço agrário também nos chama à atenção, justamente com essa diferenciação crescente na lógica de sua organização, na qual denota-se a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de engenharia. Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica a margem desse processo. Reforçam-se, dessa forma, os vários Nordeste, os vários semi-áridos, os vários Ceará. Hoje as subdivisões são bem mais numerosas, complexas e devastadoras.

As características da incorporação do semi-árido cearense à produção e ao consumo globalizado fazem-nos colocar, para concluir, que a prevalência da concentração fundiária continua sendo uma realidade extremamente presente no semi-árido cearense, em pleno século XXI, juntamente com outros de seus traços estruturantes, como a pobreza e o analfabetismo.

Para encerrar, gostaríamos de dizer que, a reestruturação da produção agrícola e do espaço agrário do semi-árido cearense é uma realidade, sendo o sistema técnico agrícola inerente à irrigação um dos vetores da inserção desse espaço na economia e consumo globalizados, assim como as novas formas de gestão, distribuição, armazenamento, transporte, consumo, entre outros. Mas acreditamos que esta inserção se dá de maneira excludente, uma vez que é espacialmente concentrada, socialmente seletiva, que só atinge alguns segmentos econômicos e parte pequena da população, além de só vingar com amplo amparo do Estado, apesar de todo discurso do Estado mínimo.

Todos os argumentos supracitados nos permitem afirmar que a inserção dos espaços agrários do semi-árido cearense à produção e ao consumo globalizados tem se dado de forma totalmente insustentável, uma vez que existe grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme expansão de pobreza, cada vez mais difundida, criando-se novas desigualdades sociais e territoriais. Os espaços agrários que se adaptam ao agronegócio, os pontos luminosos do sertão, nos quais as verticalidades passam a ser hegemônicas sobre as horizontalidades, afastam-se ininterruptamente da solidariedade orgânica localmente tecida, para se tornar resultado da solidariedade organizacional, comandada por grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais. Vide o caso da multinacional norte-americana Del Monte, assim como outras empresas agrícolas nacionais instaladas no município de Quixeré, no Baixo Jaguaribe, a cerca de 230 quilômetros de Fortaleza, que além da exploração dos fatores de produção fundamentais (terra, trabalho, água) do lugar, quase nenhuma outra relação mantém com o mesmo.

Como medidas mitigadoras, é necessária a realização de programas de desenvolvimento baseados em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela qualidade estética, pela sustentabilidade ambiental e, principalmente, pela equidade social que nunca existiu no Ceará, nem no País como um todo.

Um bom começo seria substituir a ideologia do consumo e do neoliberalismo, que impedem a convivência realmente solidária, pelas noções básicas de equidade social e de cidadania, que ainda se mostram incipientes no Ceará, onde o mais comum é a luta para manter os privilégios para alguns do que a luta pela cidadania para todos. Mas somos otimistas e temos esperança e, como acreditamos na transformação, na mudança, no novo, na construção na diferença, temos muitas saudades do futuro.

Dessa forma, parafraseando Milton Santos em *Por uma outra globalização* (2000), conclamamos a todos para a busca por uma outra agricultura, na qual não haja lugar para o globalitarismo, que globaliza a taxa de lucro, a exploração, a miséria e a exclusão social. A

esperança é que também tem ocorrido a globalização das lutas sociais, do conhecimento e, o que é mais importante, da vontade de mudar o mundo.

Acreditamos que a resistência do sertanejo, das pessoas simples cujos modos de vida ainda são marcados pela forte vinculação com a natureza, cujos cotidianos são repletos por mitos, símbolos e rituais associados à caça, à agricultura, à coleta, abrirão novos caminhos, auxiliados pela empirização da totalidade. Naturalmente, isto não significa desprezar os avanços do conhecimento e da técnica, mas utilizá-los em benefício de todos e não somente de uma parte ínfima como mostra a realidade de hoje.

REFERÊNCIAS

- AMORA, Z. B. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In: SOUZA, S. (org.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: EDR, 1995, p.121-128.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia: ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Nordeste: alternativas da agricultura**. SP/Campinas: Papirus, 1988.
- BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DUQUE, G. **O Nordeste e as Lavouras Xerófilas**. 3. ed. Mossoró: ESAM/F. Guimarães Duque, 1980 (coleção Mossoroense, volume CXLIII).. 330p.
- ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. de (org.) **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003b, p.315-8).
- ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003a.
- ELIAS, D. Integração competitiva do semi-árido cearense. In: ELIAS, D. e SAMPAIO, J. L. F. **Modernização Excludente**. Fortaleza: EDR, 2002a (coleção Paradigmas da Agricultura Cearenses).
- ELIAS, D. (org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002b.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. RJ: IBGE, 1985 e 1995-1996.
- LOPES NETO, A. **O que é o cluster?** Revisão bibliográfica, workshop em Chihuahua (México) e iniciativa pelo Nordeste. Fortaleza: Iplance, 1998. 204 p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste**. Brasília: MAA, 1998.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 465-534.
- OLIVEIRA, M. L. V. M. de. **Os Circuitos Espaciais de Produção da J. Macêdo Alimentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). CCT, UECE, Fortaleza, 2002.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p.121-134.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. B. da. **Organização e Ordenamento do Espaço Cearense**. Projeto Áridas, Grupo de Trabalho IV: Organização do Espaço e Agricultura, 1994.

SILVA, J. G. da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: IE, 1996.

Recebido em outubro de 2004
Revisado em novembro de 2004
Aceito em novembro de 2004